EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO

ENTREVISTA COM LUCÍLIA REGINA SOUZA MACHADO

RESUMO Em entrevista especial à *Revista Impulso*, a professora Lucília Regina Souza Machado, tece considerações sobre a Educação Profissional e Tecnológica e os desafios do mundo do trabalho. A professora Lucília Machado, reconhecida pelo seu trabalho no campo da Educação Profissional, é professora titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nessa Universidade, concluiu a graduação em Ciências Sociais e o mestrado em Educação. O doutorado em Educação foi realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em Paris, no Institut des Recherches sur les Sociétés Contemporaines (IRESCO), realizou Programa de Pós-doutoramento em Sociologia do Trabalho. É sócia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANITER-SH) e do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). Integra o Grupo de Pesquisa Trabalho-Educação e Desenvolvimento Local (PPG-GSEDL – Una) e o NETE, Núcleo de Estudos Sobre Trabalho e Educação (UFMG), ambos registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e o Comitê Sociocientífico da Universidade Internacional Terra Cidadã. Foi membro da Comissão Assessora de Especialistas em Educação Técnico Profissional da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura e da Comissão Executiva Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio – Conac da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Atualmente, é professora do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário Una, em Belo Horizonte-MG, desenvolve estudos relacionados à formação humana e à educação profissional e tecnológica, gestão social e desenvolvimento local, políticas sociais e políticas públicas, dedicando-se a produzir conhecimento quanto às relações entre trabalho e educação. Esta entrevista foi realizada entre os meses de abril e maio de 2019, especialmente para a publicação na presente edição da *Revista Impulso*.

EMERSON FREIRE¹

**SUELI SOARES DOS
SANTOS BATISTA¹**

Centro Estadual de Educação
Tecnológica Paula Souza
(CEETEPS)¹

VAGNO EMYGDIO MACHADO DIAS²
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia
do Sul de Minas Gerais
(IFSULDEMINAS)²

1. Como avalia a evolução da educação profissional e tecnológica no Brasil com a expansão da oferta de vagas e a construção de um sistema nacional de educação profissional e tecnológica?

Nos últimos anos, houve, de fato, um expressivo aumento de vagas na educação profissional e tecnológica no Brasil, mais especificamente na Rede Federal, e entre 2003 e 2016, graças à criação dos Institutos. De 140 escolas criadas num intervalo de 93 anos, entre 1909 e 2002, essa Rede chegou a 568 nesse último ano. Essa expansão se caracterizou por maior interiorização da oferta com a ampliação do número de municípios beneficiados: eram apenas 119 os atendidos em 2002 e esse número foi quintuplicado, alcançando um pouco mais de 10% dos 5.500 municípios existentes no país.

Para saber mais sobre as estatísticas dessa evolução da Rede Federal tem, agora, a Plataforma Nilo Peçanha,¹ lançada em março de 2018 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação. Para seguir os números referentes a cursos técnicos e de qualificação profissional ofertados por quaisquer instituições de ensino credenciadas para tanto, sejam públicas ou privadas, há o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec),² também instituído por essa Secretaria. O Censo da Educação Básica ou Censo Escolar³ oferece apenas os dados da educação profissional técnica de nível médio. Por meio do Censo do Ensino Superior,⁴ dados sobre os cursos de graduação tecnológica podem ser obtidos. Logo, para retratar a evolução do conjunto da oferta de vagas pela educação profissional e tecnológica no país é preciso recorrer a diferentes fontes de informação. Além desta análise agrupada, seria interessante estudar separadamente o movimento das vagas por segmento da educação profissional e tecnológica, pelas diferentes re-

des e por séries temporais e, com isso, fazer projeções futuras.

Entretanto, já se sabe que a educação profissional técnica de nível médio, em face do que foi estabelecido para a sua expansão pelo atual Plano Nacional de Educação, apresenta um número de matrículas ainda bem abaixo do que foi previsto pela meta 11, que é de triplicá-las nesse segmento, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Dados de 2017, divulgados pelo Observatório do PNE,⁵ revelam que, nesse ano, as matrículas nesse segmento alcançavam 1,8 milhões, um número ainda distante do previsto para 2024, que é de 5.224.584.

Essa página do Observatório do PNE informa que, na verdade, houve queda no total de matrículas nesse segmento em decorrência da sua redução na rede privada. A informação que se tem lá é de que, na rede pública, houve aumento de quase 142 mil matrículas desde o início do atual PNE e que, na rede privada, houve uma diminuição de mais de 236 mil delas em igual intervalo de tempo.

A página também traz um dado muito importante com respeito à distribuição rural/urbana das matrículas na educação profissional técnica de nível médio: em 2017, a enorme maioria delas (94,4%) era oferecida para quem residia em cidades. Ou seja, ao campo estavam reservados apenas 5,6%.

O cenário atual, considerando este ano de 2019, é de redução de verbas do Governo Federal para a educação, incluindo a educação profissional e tecnológica, o que levará à retenção da abertura de vagas pelos Institutos Federais, Cefets e Escolas Técnicas, além de outras consequências para o seu funcionamento e qualidade acadêmica. Quadro semelhante se verifica em vários Estados federativos. Números altos de evasão escolar e de vagas ociosas mesmo nas redes públicas aparecem como paradoxos em face de diagnósticos indicativos da precária qualificação técnica dos trabalhadores brasileiros.

¹ <https://www.plataformanilopecanha.org/#/login>

² <http://sistec.mec.gov.br/login/login>

³ <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/>

⁴ <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>

⁵ <http://www.observatoriodopne.org.br/indicadores/metas/11-educacao-profissional/indicadores/>

Portanto, avaliar a evolução da expansão da educação profissional e tecnológica pressupõe fazer muitas perguntas. Por exemplo, se o público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho tem sido acolhido; se a realidade local e regional tem sido consultada a respeito de suas demandas acerca dessa oferta; se o princípio da territorialidade está sendo considerado nas atividades acadêmicas; se está ocorrendo alinhamentos com políticas sociais de geração de trabalho, emprego e renda; se estão sendo consideradas as necessidades de áreas estratégicas para o desenvolvimento do país; se tal expansão ocorre em sintonia com arranjos produtivos, sociais e culturais locais; se está havendo interlocução com setores difusores de tecnologia; se os saberes profissionais estão sendo desenvolvidos de forma contextualizada com a realidade dos estudantes; se esses estão tendo acesso ao domínio intelectual da tecnologia e a partir da cultura local; se ações inclusivas estão sendo desenvolvidas.

Ou seja, a expansão quantitativa é importante, mas é preciso pensar em como ela está distribuída socialmente e de que forma responde ao mapeamento das necessidades que precisam ser consideradas para que a oferta de cursos seja adequadamente direcionada e correspondida com o ingresso e permanência dos estudantes.

Um dado interessante é o fato de que a expansão e a interiorização da educação profissional e tecnológica colocam professores e funcionários dentro de contextos culturais, às vezes, muito diferentes daqueles com os quais estão habituados e é preciso não só se dar conta do que isso representa, mas saber como dialogar e responder ao que a realidade lhes solicita e impõe.

Há, também, outros aspectos relacionados à política de expansão de vagas na educação profissional e tecnológica que precisam ser considerados. Por exemplo, se está ocorrendo interação com os mercados de trabalho territoriais; se há ofertas saturadas em face de necessidades e demandas emergentes e futuras; se há atenção com dinâmicas cultu-

rais que requerem determinados conteúdos acadêmicos; se esses respondem a exigências de atualização; se os meios pedagógicos empregados são compatíveis com as particularidades dos públicos considerando-se as variadas formas e estilos de aprendizagem; se há aproximação da escola com as práticas reais de trabalho; qual é o cuidado com a gestão dos estágios; se há disponibilização de bolsas de estudo para os que não conseguem arcar com os custos de manutenção e transportes; se há cooperações interinstitucionais e parcerias para dar sustentação à expansão.

Há, ainda, questões internas à gestão escolar implicadas na expansão da oferta de vagas que precisam ser consideradas, como a valorização dos docentes; a organização do trabalho coletivo; a qualidade dos métodos pedagógicos; os rendimentos acadêmicos; o clima do ambiente interno; o atendimento ao aluno; a cultura da avaliação; o estímulo à participação discente; os fatores que levam à evasão dos alunos e as formas de preveni-la.

Ou seja, há muitas questões implicadas na evolução da educação profissional e tecnológica decorrente da expansão de vagas. Não se pode esquecer, também, a necessidade da geração de oferta de vagas de trabalho mais imediata e de longo prazo.

Nos quadros da legislação vigente, porém, a interligação dos segmentos de oferta da educação profissional e tecnológica não se configura na perspectiva de construção de um sistema nacional de educação profissional e tecnológica. Essa proposta foi aventada pela Lei nº. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, no governo de Itamar Franco, mas os artigos que tratam dessa matéria nesse dispositivo legal foram revogados em 1998 pela Lei nº. 9.649, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Os governos seguintes, do Presidente Lula e Dilma Rousseff, trataram de incorporar a educação profissional técnica de nível médio à educação básica e a graduação tecnológica ao ensino superior.

Essa perspectiva de integração orientou, inclusive, a criação da Rede e-Tec Brasil, voltada à oferta de educação profissional e

tecnológica por meio da educação a distância, a cooperação com arranjos educacionais locais, a proposta do ensino médio integrado, a verticalização da atuação dos profissionais técnicos e docentes nos Institutos Federais. Apesar disso, é verdade que a educação profissional e tecnológica se mantém como uma espécie de rede paralela dentro de um sistema dualista, já que ela não se livrou do estigma de oferta reservada às classes populares e dos preconceitos classistas. Isso a torna vulnerável à falta de investimentos e à descontinuidade das políticas destinadas à expansão educacional nessa modalidade.

2. Na atual conjuntura política e econômica, como analisar a possibilidade de consolidação da educação profissional e tecnológica por meio das políticas de Estado e de governo voltadas à profissionalização?

Há muitas questões implicadas nessa pergunta. Sobretudo, perplexidades em relação ao momento atual e incertezas e temores em face das perspectivas futuras.

De um lado, as repercussões e desdobramentos do refluxo das atividades econômicas derivado da profunda crise do capital em todo o mundo e, em particular, no Brasil, com seus reflexos sociais, políticos, culturais e ambientais.

Ressaltam-se as consequências da queda ou da míngua dos investimentos econômicos para as condições e qualidade de vida da população brasileira, o aumento colossal do desemprego, o crescimento abusivo da precariedade do e no trabalho, fenômenos que se viram agravados com a aprovação da Reforma Trabalhista.

A busca de estratégias de sobrevivência, somada ao aumento do custo de oportunidade derivado da decisão de deixar de estudar para trabalhar, vêm reverberando na diminuição da procura por cursos de educação profissional, mesmo quando oferecidos por redes públicas, e no aumento das evasões estudantis.

O paradoxo que isso representa por conta da importância estratégica da educação profissional para o desenvolvimento econômico e

social, científico-tecnológico e da produtividade do trabalho evidencia as profundas contradições do sistema social do capital.

O que se tem de concreto na agenda atual do governo federal para a educação, inclusive a profissional e tecnológica, e para a ciência e tecnologia, são contingenciamentos e cortes de recursos, e a liberação desses condicionada à aprovação do seu temeroso projeto de reforma da previdência.

Pouco se sabe sobre como a educação profissional e tecnológica entrará, de fato, para a agenda do governo atual. Seguramente, de modo diferente ao que se construiu como consenso nos governos Lula e Dilma. Há motivos para se acreditar em programas, projetos e ações orientados por visão reducionista, assistencialista, utilitarista, tecnicista, privatista, anacrônica, de senso comum conservador.

Documento da Setec/MEC, deste ano de 2019, chamado Visão de Futuro, expõe intencionalidades políticas num contexto de uma gestão cujas concepções poderão ou não ter continuidade em vista dos seus desalinhos administrativos e das substituições recentes no quadro dirigente desse ministério e secretaria. Esse documento traz as palavras conhecimento, inovação, desenvolvimento socioeconômico e qualidade do investimento público para resumir o horizonte a ser buscado. Citou o filósofo espanhol Ortega y Gasset, adotado por conservadores como Olavo de Carvalho, para embasar os objetivos a alcançar na educação profissional e tecnológica falando, ao mesmo tempo e aparentemente de forma paradoxal, em educar para transformar e em conhecimento contextualizado.

Esse documento traz nove eixos estratégicos como proposta de trabalho para a Setec/MEC. São eles: 1. Garantia de eficiência do processo ensino-aprendizagem por intermédio da revisão e criação de marcos regulatórios e processos de avaliação da educação profissional e tecnológica; 2. Formulação de políticas e diretrizes para a educação profissional com foco na inovação; 3. Formação dos docentes de educação profissional e tecnoló-

gica; 4. Articulação com os diversos ofertantes e colaboradores da educação profissional e tecnológica; 5. Atendimento às vulnerabilidades e inclusão social; 6. Consolidação da Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica; 7. Eficiência e qualidade da alocação de recursos; 8. Suporte à educação básica; 9. Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica como caminho formativo. São linhas de ação que trazem a perspectiva da revisão de normas e critérios, de reformulações, da reestruturação de programas, sempre em nome da inovação, atualização, eficiência e aproximação com o chamado setor produtivo.

Algumas contradições internas ao governo atual a respeito da educação profissional e tecnológica poderão, doravante, se revelar mais claramente como o vem fazendo em outros setores. A linha ultraliberal representada pelo ministro da economia, Paulo Guedes, já expôs questionamentos ao regime de financiamento do Sistema S, provocando imediata e aguerrida reação do setor empresarial controlador das instituições integrantes desse sistema. Numa perspectiva diferente da adotada por esse ministro, vale, porém, perguntar sobre o cumprimento pelo Sistema S das metas estabelecidas pelos Decretos nº. 6.633 e 6.635, de 5 de novembro de 2008, a respeito do chamado Acordo de Gratuidade. Quais têm sido seus resultados?

Viu-se, também, em março deste ano de 2019, a retirada do Projeto de Lei nº. 11.279/19 pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em atendimento à solicitação vinda da Mensagem nº. 84/2019 do Poder Executivo por conta de pressões recebidas. Para a Rede Federal, esse PL propunha a criação de alguns Institutos Federais e medidas de reorganização com implicações para arranjos institucionais, conceito de educação profissional e tecnológica e linhas programáticas, como aumento da proporção de oferta de cursos técnicos no cômputo geral de vagas oferecidas, retirada da prioridade a ser dada a cursos técnicos integrados e limitação da pós-graduação *stricto sensu* à modalidade profissional. A retirada

desse PL deixa, porém, dúvidas acerca do que poderá ocorrer doravante. Tais proposições voltarão com outra roupagem?

3. Podemos considerar que a educação profissional e tecnológica em algum momento se constituiu ou tende a se desenvolver enquanto parte de uma política de ciência, tecnologia, inovação e de formação e qualificação de técnicos de nível médio e superior?

Esse o desiderato encontrado no texto da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e criou os Institutos Federais. Incisos de seu Artigo 1º. deixam claro que a oferta educacional nessas instituições, “em todos os seus níveis e modalidades”, deve colocar “ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (inciso I); que o “processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas” deve atender às “demandas sociais e peculiaridades regionais” (inciso II), “em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação” de cada Instituto Federal (inciso IV); promovendo “a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente” (inciso IX).

Portanto, a educação profissional e tecnológica foi compreendida por esse texto legal como componente dessas duas políticas. No caso da produção da ciência, tecnologia e inovação, o sentido seria o de contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente, do desenvolvimento sustentável, de um país mais soberano e autônomo.

Entretanto, essas produções são marcadas por escolhas políticas e culturais, nem sempre estão voltadas para o estudo dos recursos potenciais, dos patrimônios dos ter-

ritórios e das formas de preservá-los e aproveitá-los em benefício da geração de trabalho e renda, da prestação de serviços técnicos e consultorias para comunidades e do conhecimento para melhor entendimento das realidades locais.

Assim, como parte de uma política de ciência, tecnologia e inovação, pressupõe-se o adequado aparelhamento das instituições de educação profissional e tecnológica, considerando-se os diferentes níveis de complexidade da formação e qualificação por elas oferecidas. Em quaisquer deles, trata-se de realizar pesquisas e educar estudantes como agentes do desenvolvimento, difusores de ciência e tecnologia, interlocutores junto a trabalhadores também produtores de conhecimento e aos órgãos especializados em pesquisa científica e tecnológica e em inovação.

De modo inverso, é importante que comunidades locais conheçam as instituições de educação profissional e tecnológica, o que elas pesquisam e a capacidade delas de responder às suas necessidades e demandas. Igualmente, que façam valer seus direitos de ter acesso à ciência, tecnologia e inovação. A abertura a tais interações pode consagrar proveitosas interdependências, articulações e vínculos de mútuo aprendizado, levar a cooperações recíprocas, ao incremento do desenvolvimento endógeno e da política de ciência, tecnologia e inovação.

Entretanto, as relações entre instituições formadoras, saberes profissionais e práticas profissionais são complexas e multidimensionais, pois respondem a diversas motivações sociais, econômicas, políticas, culturais e educacionais, por vezes contraditórias entre si.

Para lidar com tais injunções, é importante considerar necessidades e desafios fundamentais que fazem da educação profissional e tecnológica uma questão estratégica e de interesse nacional e as instituições responsáveis por ela centros de formação, reflexão, criação e crítica inseparáveis da ideia de democracia e da democratização da ciência, da tecnologia e da inovação.

4. A formação de profissionais de nível superior nos cursos tecnológicos tem conseguido superar uma perspectiva restritiva e operacional, buscando adentrar numa concepção emancipadora de educação profissional e tecnológica?

Os desafios das relações entre cultura, trabalho, ciência, técnica e tecnologia, tendo em vista o desenvolvimento da visão ampla do contexto profissional para o qual se prepara para atuar e de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, destinados aí a se inserir e intervir de forma crítica, estão presentes em toda a educação profissional e não apenas nos cursos de graduação tecnológica.

Os cursos superiores de tecnologia, porém, passam por particularidades que precisam ser consideradas. Não basta dizer que abrangem áreas especializadas e que atendem a necessidades de setores da economia. Muitos desses cursos são vistos como de segunda classe, de baixo prestígio, fragmento de grau acadêmico, subproduto da banalização da expansão do ensino superior, oportunidade para pobres, imediatismo para acesso a emprego, inclusive por professores que neles atuam e por instituições que os oferecem. Com isso, tornam-se campo propício para o predomínio da concepção tecnicista, que tem na oferta de conteúdos culturais e científicos mínimos uma das suas principais características.

Corroborar para isso a falta de definição conceitual precisa, clara e bem fundamentada do perfil, atribuições e responsabilidades dos tecnólogos na divisão técnica do trabalho. Déficits advindos de uma precária escolarização na educação básica, situação objetiva de muitos dos estudantes ingressantes nesses cursos, frente à qual as instituições pouco fazem para sanar, contribuem para reforçar os estereótipos a respeito desses cursos.

Portanto, para superar a perspectiva restritiva e operacional dos cursos superiores de tecnologia, tendo em vista a efetivação de práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação dos alunos, é preciso enfrentar o debate conceitual sobre esse tipo de gradu-

ação e as exigências de qualidade acadêmica, técnica e social a serem atendidas.

Certamente, não é a duração de um curso que o torna de qualidade superior, ainda que essa seja uma variável não desprezível nas definições de projetos político-pedagógicos e de planos de ensino. Outros critérios precisam também ser considerados, como a contextualização dos conhecimentos desenvolvidos e sua maior ou menor riqueza acerca de noções concretas, avanços na interdisciplinaridade, a forma de lidar com contextos de mudança, o estímulo à criatividade e à assimilação crítica de informações, o respeito à autonomia do aluno, a fundamentação científica dos quadros de análise e das intervenções procedimentais, as possibilidades de generalização dos conhecimentos e técnicas ensinados, o cultivo de atitudes de cooperação e de valores de solidariedade e compromisso social e político, a interlocução com a sociedade, entre outros elementos necessários a uma formação bem embasada cientificamente, e que não comprometam o futuro profissional do aluno e suas chances de desenvolvimento continuado.

5. Como você avalia as finalidades e estratégias de internacionalização da EPT envolvendo instituições brasileiras em diálogo com instituições educacionais estrangeiras?

A internacionalização educacional traz a ideia da construção de lugares de encontro de um conjunto de sujeitos, de cooperação e compartilhamentos. Porém, independentemente de se tratar ou não da educação profissional e tecnológica, uma premissa pedagógica essencial precisa ser considerada, a de que é o contexto que permite aos sujeitos atribuir sentidos aos conhecimentos e às práticas.

Isso significa que conhecimentos e prática não são imediatamente ou automaticamente reconhecíveis, transferíveis ou apropriáveis. É preciso, ao contrário, que tanto de um lado quanto de outro da relação pedagógica tais conhecimentos e práticas sejam vinculados a circunstâncias, a situações, a ambientes, cenários, tramas históricas, argumentos, há-

bitos, muito embora eles não se confundam com esses elementos contextuais.

Com isso, o uso de determinado conhecimento ou prática em situações diferentes das que os constituíram originariamente implica fazer a confirmação deles por meio de comparações e confrontações com a realidade original e a que se vivencia. Isso é necessário para separar o que aparece como estritamente relacionado ao contexto original ou que é provocado por ele e o que é passível de generalização.

Guerreiro Ramos, sociólogo brasileiro, chamou de redução sociológica esse método de praticar a transposição de conhecimentos e experiências de um contexto para outro. No caso da internacionalização da educação, esse procedimento se faz necessário, ainda que o processo de globalização econômica e cultural tenha ampliado as interdependências entre as nações e criado um conjunto de referências relativamente comum em relação a determinadas noções e valores.

Refletir sobre as relações entre a educação profissional e tecnológica e conhecimentos e práticas vigentes em outras realidades demanda esclarecer a respeito de qual projeto educacional se tem em vista e suas vinculações com projetos de sociedade. Com a globalização, veio a abertura das fronteiras econômicas para permitir que, em escala mundial, haja o livre fluxo de capitais, tecnologias, bens, serviços e ideias, e isso tem tido consequências amplas, implicando, em redefinições nos projetos de instituições educacionais, acerca de seus investimentos e formas de organização.

A atual globalização, impulsionada pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, leva ao máximo a universalização do valor de troca, os processos transnacionais de centralização e concentração do capital, o aprofundamento da dependência de cada indivíduo ao conjunto da produção capitalista, o aprofundamento do abismo que divide a sociedade humana entre ricos e pobres, o agravamento dos problemas socioambientais globais.

A ideia de internacionalização da educação não é nova se considerar-se as concepções infundidas pelas teorias da modernização, que emergiram com os processos de industrialização nos países chamados desenvolvidos e seus receituários para transformar, à imagem desses, os países fora dos padrões ditos modernos.

Sob a influência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, ela ganhou impulso com a transformação da educação em valor mercantilizável nos termos propostos pela Organização Mundial do Comércio e do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços.

Em contrapartida, movimentos em prol de uma cidadania planetária surgiram com a realização dos Fóruns Sociais Mundiais trazendo o slogan “Um outro mundo é possível”, Fórum Mundial de Educação,⁶ Educação Para Todos (EPT)⁷ e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.⁸

Assim, falar em internacionalização da educação profissional e tecnológica significa discutir importantes implicações das trocas e intercâmbios nesse atual contexto mundial repleto de contradições, de novos desafios, de maior disputa e controle dos resultados das investigações científicas e tecnológicas pelas empresas, questões complexas relacionadas ao uso intensivo da informação e conhecimento e do ciberespaço.

A internacionalização da educação profissional e tecnológica traz mudanças na agenda de trabalho das instituições que oferecem essa modalidade educacional e um novo conceito, o de diplomacia cultural em razão da criação de um espaço comum de atuação de diversos participantes, com caráter multidimensional. A gestão do intercâmbio internacional passou a ser considerada como um importante fator de legitimação e reconhecimento das instituições educacionais, uma vantagem competitiva, que também ofe-

rece possibilidades para a geração de receitas incrementais.

Está, também, no cenário a perspectiva de, por meio da internacionalização, promover a formação de força de trabalho com capacidade de adaptação e flexibilidade, compreensão cultural, habilidades de comunicação e para se conectar em redes de trabalho com pessoas de diferentes países, uma necessidade objetiva das empresas no contexto do mercado globalizado.

Percebe-se o interesse na formatação dessa agenda do Banco Mundial, da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), da Comunidade Europeia com a criação do seu Espaço Europeu do Conhecimento e da Inovação e a formação de consensos por meio do Protocolo de Bolonha. Veio do Banco Mundial a iniciativa de criação do conceito de *World Class University*.⁹

Indicadores de internacionalização passaram a ter grande peso na classificação das instituições educacionais e a definir suas metas em face da competitividade no mercado global. Destacam-se também, nesse sentido, os prêmios de reconhecimento acadêmico ou científico atribuídos aos seus pesquisadores.

Sistemas de informação sobre as atividades das instituições educacionais e carreiras específicas para gestores dessas instituições são criados, privilegiando-se a perspectiva gerencialista de controle dessa agenda de internacionalização educacional.

A transnacionalização do ensino é um fenômeno a ser destacado nesse cenário. Grandes corporações de prestação de serviço educacional, movidas por interesses mercantis, passaram a atuar em diferentes lugares do mundo, ultrapassando as fronteiras dos seus países de origem. A classificação da educação como serviço e sua regulamentação pela Organização Mundial do Comércio (OMC) vieram ao encontro dessa tendência, que tem encontrado abertura para a atuação nos mercados nacionais.

⁶ <http://www.forummundialeduacao.org/>

⁷ <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/educacao/education-monitoring/education-for-all/>

⁸ <https://nacoesunidas.org/tema/odm/>

⁹ <http://blogs.worldbank.org/education/category/tags/world-class-university>

Filiais de universidades estrangeiras e corporações transnacionais de ensino têm encontrado facilidades para se instalarem nesses mercados, associadas a consórcios de meios de comunicação e complexos editoriais. O fenômeno da transnacionalização do ensino é acompanhado também por vendas de franquias acadêmicas, criação de universidades corporativas de grandes empresas transnacionais, de universidades virtuais controladas por empresas de países mais desenvolvidos e pela presença de capitais internacionais nas instituições privadas nacionais.

As implicações desse processo, inclusive para a educação profissional e tecnológica, não se reduzem apenas a questões econômicas, de neocolonialismo pela via do domínio tecnológico. A principal é de ordem política, em razão das ameaças e prejuízos à identidade e soberania de nações e de instituições educacionais.

No atual contexto da globalização, o exercício pelas instituições educacionais da autonomia científica, pedagógica e administrativo-financeira ganha um equilíbrio ainda mais instável, por conta das pressões que elas vêm recebendo. Se, por um lado, há os riscos de degradação das finalidades dessas instituições; por outro, elas podem, em detrimento das oportunidades liberadoras oferecidas pela internacionalização, cair no isolamento social e dar as costas aos seus compromissos com a busca de um novo projeto de sociedade.

É nesse cenário de contradições e possibilidades que se insere, hoje, a educação profissional e tecnológica. O intercâmbio e a mobilidade internacional de professores e estudantes, a atração de pesquisadores do exterior para parcerias, o incentivo ao aprendizado de línguas, a atração de cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais, a organização de redes educativas, o intercâmbio de currículos e modelos educativos, formações conjuntas, a educação a distância, o reconhecimento de títulos e graus acadêmicos, a organização de redes de investigação para o desenvolvimento de pesquisas

conjuntas, a organização de colóquios e seminários, tudo isso se enquadra num amplo movimento de internacionalização do qual a educação profissional e tecnológica brasileira tem buscado tomar parte.

É preciso, contudo, ter clareza sobre qual agenda de diplomacia cultural se mostra conveniente, verificar se ela se guia pelo valor da educação como bem social e público, se coloca o conhecimento a serviço da humanidade, se é solidária e horizontal no compartilhamento de conhecimentos, se contribui para a aproximação dos povos, principalmente os da relação sul-sul, se respeita as identidades nacionais e realiza o diálogo intercultural, se participa ativamente de redes de conhecimento, mas com respeito à autonomia de cada realidade educacional.

EMERSON FREIRE

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor e pesquisador da Faculdade de Tecnologia de Jundiaí e do Mestrado Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). São Paulo (SP). Brasil. freire.emerson@uol.com.br

SUELI SOARES DOS SANTOS BATISTA

Doutora em Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP). Professora e pesquisadora da Faculdade de Tecnologia de Jundiaí e do Mestrado Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). São Paulo (SP). Brasil. suelissbatista@uol.com.br

VAGNO EMYGDIO MACHADO DIAS

Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no mestrado profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). vagnodias@yahoo.com.br

Submetida em: 15-5-2019

Aceita em: 4-6-2019